

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E RESILIÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE AS PERCEPÇÕES DE MULHERES QUE SOFREM VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA-PB

Andressa Raquel de Oliveira Souza (Autora); Anniely Laís Lima Melo (Co-autora); Elisa Pereira Gonsalves (Orientadora)

Universidade Federal da Paraíba, andressah.raquel@gmail.com; Universidade Federal da Paraíba, annylais8@gmail.com; Universidade Federal da Paraíba, elisa.gonsalves@gmail.com

INTRODUÇÃO

O estudo intitulado “Violência Doméstica e Resiliência: um estudo sobre as percepções de mulheres que sofrem violência no município de João Pessoa-PB” objetiva compreender a capacidade de resiliência de mulheres que vivenciaram situações de violência doméstica na cidade de João Pessoa-PB. Para tanto, tem-se os seguintes objetivos específicos: examinar os processos de violência doméstica vivenciadas pelas mulheres; avaliar a capacidade de resiliência das mulheres vítimas de violência doméstica; identificar comportamentos de enfrentamento e/ou superação diante dos fatos de risco, geradores de violência doméstica.

O fenômeno da violência contra as mulheres vai demonstrando ser de alta complexidade na sua prevenção e responsabilização. Ao criar-se a Lei Maria da Penha deu-se um passo gigantesco na visibilidade, compreensão e punição para a violência doméstica e familiar contra as mulheres no âmbito do ordenamento jurídico, além de constituir-se em um desafio para o campo de todas as políticas sociais, incluindo a educação.

As situações de violência contra a mulher resultam, principalmente, da relação hierárquica estabelecida entre os sexos, sacramentada ao longo da história pela diferença de papéis instituídos socialmente a homens e mulheres, fruto da educação diferenciada. Assim, o processo de “fabricação de machos e fêmeas”, desenvolve-se por meio da escola, família, igreja, amigos, vizinhança e veículos de comunicação em massa. Sendo assim, aos homens, de maneira geral, são atribuídas qualidades referentes ao espaço público, domínio e agressividade. Já às mulheres foi dada a insígnia

de “sexo frágil”, pelo fato de serem mais expressivas (afetivas, sensíveis), traços que se contrapõem aos masculinos e, por isso mesmo, não são tão valorizados na sociedade (AZEVEDO, 1985).

A violência no ambiente doméstico ocorre com frequência e é difícil de ser reconhecida, pois é cercada pelo medo, dor e silêncio das mulheres. Ela varia desde humilhações, ameaças, acusações até a violência física. Gomes e colaboradores (2005) ressaltam que todas essas expressões são toleradas, silenciadas, desculpadas pela dependência das mulheres em relação aos homens ou explicações do tipo: os homens não controlam seus instintos, estupradores são doentes mentais, as mulheres gostam de homens rudes. Diante da complexidade do fenômeno é imprescindível a realização de estudos que ampliem a visibilidade do tema e da diversidade das situações de violência contra as mulheres. É preciso romper com esse continuísmo que repercute, de modo significativo, nas esferas política, econômica, social e cultural do país, contribuindo com a qualidade de vida das mulheres e das pessoas com quem se relacionam.

Do ponto de vista legislativo, no Brasil a Lei no 11.340, sancionada em agosto de 2006, estabeleceu como violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero, que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico e dano moral ou patrimonial no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Considerando a importante relevância social deste tema, acredita-se que seja necessário um olhar mais cuidadoso e atento dos pesquisadores em educação no que tange ao estudo e discussão em torno desta problemática, almejando identificar o que ocorre com as mulheres vítimas de tal violência, quais são as possibilidades de prevenção e de enfrentamento e, especialmente, quais são os fatores subjetivos, de ordem emocional, que podem influenciar este processo e atuar na sua superação, como é o caso da resiliência.

De acordo com Assis (2003, apud LUCAS e GASPARINI 2006), o conceito de resiliência vem se complexificando e evoluindo ao longo das décadas. Antes entendido como sinônimo de invulnerabilidade, mais tarde como capacidade de adaptação individual em um ambiente desajustado. Nos últimos anos essa noção está sendo abordada como um processo dinâmico que envolve a interação entre fatores sociais e intrapsíquicos, de risco e de proteção. Ou seja, um processo psicológico que se desenvolve ao longo da vida a partir dos fatores de risco versus fatores de proteção. Sendo assim, a resiliência está atrelada a dois grandes fatores: o da adversidade, dos eventos desfavoráveis, estressantes, das ameaças e dos perigos. E o outro, como sendo o fator da proteção, que diz respeito a forças, competências, capacidade de reação e invulnerabilidade. A

combinação resultante desses fatores resulta em uma reconstrução singular diante do sofrimento causado pela adversidade.

Nas palavras de Assis, Pesce e Avanci (2006), a resiliência pode ser entendida como uma capacidade de metamorfosear as adversidades da vida. Esta capacidade existe desde que o homem é homem e precisa superar ou transformar as adversidades com as quais se depara.

O estudo acerca deste tema é de grande relevância no cenário atual, já que é notório o crescente aumento deste fenômeno entre a população mundial, evidenciando-se um problema social, de saúde pública e de educação, que afeta a integridade física e psíquica da mulher, além de constituir uma flagrante violação aos direitos humanos. Logo, a educação não pode se furtar de buscar compreender esta problemática, em face da magnitude.

Pesquisar sobre a capacidade das mulheres de enfrentar e vencer os obstáculos da vida, sendo capaz de absorver novas aprendizagens, dando novo significados a estas experiências, compreende uma face do campo da educação que emerge a partir dos saberes populares.

É importante destacar que este tema de pesquisa emerge a partir dos estudos realizados no Grupo de Pesquisa Educação e Emocionalidade, vinculado ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq/UFPB), que tem despertado nosso olhar para questões ligadas às ações da educação e sua interface com a resiliência e a violência doméstica. Neste caminhar, nos propomos a investigar a capacidade de superação das mulheres em ultrapassar obstáculos da vida, após a vivência de situações de violência.

METODOLOGIA

Como recurso metodológico utilizou-se a história oral, entendida como “o trabalho de pesquisa que utiliza fontes orais em diferentes modalidades, independentemente da área de conhecimento na qual essa metodologia é utilizada” (REVISTA DE HISTÓRIA ORAL, 1998, p. 14). Em outras palavras, a história oral consiste em um instrumento pós-moderno, utilizado pelo campo científico, que promove compreender a realidade contemporânea em que os seres humanos vivem. Tal método de atuação permite trabalhar com recursos imprevisíveis, flexíveis elásticos (CAMARGO *apud* FERREIRA, 1994).

O universo compreende mulheres que foram vítimas de violência doméstica e que entraram com processo junto ao Centro de Referência da Mulher do Município de João Pessoa/ PB.

Uma avaliação mais detida do campo do que tem sido chamado de história oral nos permite compreender que a história oral trabalha prioritariamente com os depoimentos orais como



instrumentos para preencher as lacunas deixadas pelas fontes escritas. Na recuperação da história dos excluídos, os depoimentos orais podem servir não apenas a objetivos acadêmicos, como também constituir-se em instrumentos de construção de identidade e de transformação social.

Os instrumentos para se atingir tais objetivos são a formulação, no caso dos estudos acadêmicos, de roteiros de entrevistas consistentes, de maneira a compreender o depoimento, bem como o trabalho com outras fontes, de forma a reunir elementos para realizar a contraprova e excluir as distorções.

Assim, estão sendo utilizadas entrevistas semiestruturadas e aprofundamento teórico através de análise documental.

Para realização da pesquisa, fez-se necessário a obtenção da autorização das informações colhidas dos entrevistados mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa encontra-se em andamento e os dados ainda estão sendo obtidos, o que resulta por inviabiliza a afirmação de resultados concretos. No entanto, é importante destacar que esta já foi encaminhada ao Comitê de Ética, obtendo parecer favorável. Neste sentido, o desafio posto nesta pesquisa é o de investigar a capacidade de resiliência destas mulheres, vítimas de violência doméstica. Acenamos para a importância dos fatores subjetivos na superação de algumas situações desfavoráveis, como é o caso da resiliência, que tem se mostrado como um fator imprescindível para que algumas pessoas superem as adversidades de forma positiva, de forma a continuar seu desenvolvimento.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Como já foi posto, a violência é um fenômeno de origem complexa, por vezes contraditória e de mensuração problemática, uma vez que o reconhecimento de sua ocorrência envolve questões de valores e práticas culturais, bem como componente sócio histórico, econômico e subjetivo. Se pensarmos a violência no ambiente doméstico, esta ocorre com frequência e é difícil de ser reconhecida, pois é cercada pelo medo, dor e silêncio das mulheres. Ela varia desde humilhações, ameaças, acusações até a violência física.



Considerando a magnitude desta problemática, reiteramos a necessidade de um olhar mais cuidadoso e atento dos pesquisadores que se dedicam à área da educação acerca empreender estudos e discussões em torno desta tema, com o intuito de identificar o que acontece com as mulheres vítimas de tal violência, quais as consequências deste tipo de violência, quais são as possibilidades de prevenção e de enfrentamento e, principalmente, quais são os fatores subjetivos, de ordem emocional, que podem influenciar este processo e atuar na sua superação, como é o caso da resiliência.

REFERÊNCIAS

ASSIS, S.G.; PESCE, R.P.; AVANCI, J.Q.; Resiliência: Enfatizando a proteção dos adolescentes. Porto Alegre, 2006.

AZEVEDO, Maria Amélia. Violência física contra a mulher: dimensão possível da condição feminina, braço forte do machismo, face oculta da família patriarcal ou efeito perverso da educação diferenciada? In: _____. Mulheres espancadas: a violência denunciada. São Paulo: Cortez, 1985. p. 45-75.

BADINTER, Elisabeth. XY - sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. Apud PASSOS, Elizete silva. Palcos e platéias: as representações de gênero na Faculdade de Filosofia. Salvador: UFBA, 1999.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Brasília: Liber Livro Editora, 2009.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes. Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia. São Paulo: Saraiva, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço. Brasília, 2001. LUCAS, C.M.L.P.; GASPARINI, L.A. Resiliência no Abrigo. Trabalho de Graduação Interdisciplinar do curso de Psicologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2006. PESCE, R.P.;